



## OS PROBLEMAS DE DONALD TRUMP

A realidade do MAGA: reduzir déficit público dizima indústrias.  
Por Silvio Figer, página 2



## ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E VIAGENS

Durante o período de descanso e férias, uma prazer e saúde.  
Por Matheus Oliveira, página 2



## GESTÃO E ESTRATÉGIA DAS PMES

O que a pirâmide de Maslow tem a ver com planejamento?  
Por Marco França, página 2

## Economia em 2024 cresceu 3,8% para BC e 3,5% para FGV

A atividade da economia brasileira em dezembro de 2024 apresentou recuo de 0,7% na comparação com novembro, segundo o Índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br) divulgado hoje pelo Banco Central. Mesmo com a desaceleração, o indicador anotou um crescimento de 3,8% da economia do país no ano passado. O IBC-Br é considerado uma espécie de sinalizador do Produto Interno Bruto (PIB).

O resultado de dezembro veio após uma alta de 0,10% em novembro. Ainda de acordo com o BC, na comparação com dezembro de 2023, os dados mostram que o IBC-Br cresceu 2,4%. No trimestre encerrado em dezembro, o IBC-Br acusou alta de 4,4% em relação ao mesmo trimestre do ano passado.

O Monitor do PIB da Fundação Getúlio Vargas (FGV) apontou que a economia cresceu 3,5% em 2024. “O crescimento de 3,5% do PIB em 2024, embora seja semelhante ao de 2023 (3,2%), conta uma história diferente”, explica a FGV.

Em termos monetários, a FGV estima que o PIB de 2024, em valores correntes, tenha sido de R\$ 11,655 trilhões. Em termos reais, este é o maior valor da série histórica, que mantém o padrão de crescimento observado desde 2021. O PIB per capita de 2024 foi de R\$ 56.796, maior nível da série histórica.

Em 2024 a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF, que expressa os investimentos na economia) se recuperou da retração de 2023 e encerrou o ano com o expressivo crescimento de 7,6%. Com crescimento em todos os seus componentes, o grande destaque foi o segmento de máquinas e equipamentos que cresceu 12% após a queda de 8,4% em 2023.

“Em 2023, o resultado foi bastante influenciado pela agropecuária e pelas exportações. Em 2024, desde o início do ano notou-se um crescimento mais disseminado entre as diversas atividades econômicas, além do retorno do crescimento nos investimentos”, explica a Fundação.

“A indústria, os serviços e o consumo das famílias apresentaram resultados ainda melhores em 2024 dos que os já elevados crescimentos registrados em 2023. Pode-se afirmar que em 2024, em termos de atividade econômica, o Brasil teve um ótimo resultado”, enfatiza a FGV.

## Petrobras encomenda 8 navios e retomada da indústria naval avança

### Construção das embarcações vai gerar 44 mil empregos

**A** Petrobras lançou no Rio de Janeiro uma licitação para a compra de oito navios gaséis. Essa é a segunda licitação do Programa de Renovação e Ampliação de Frota, que prevê a aquisição de cinco navios gaséis do tipo pressurizado para transporte de gás liquefeito de petróleo (GLP) e três navios do tipo semirrefrigerado capazes de transportar GLP e amônia.

Uma cerimônia no Terminal de Angra dos Reis (Tebig) marcou a nova fase de retomada da indústria naval e offshore brasileira. O anúncio foi feito pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, que participou do evento ao lado do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, da presidente da Petrobras, Magda Chambriard,

e do presidente da Transpetro, Sérgio Bacci. É esperado que os investimentos na indústria naval criem mais oportunidades para o setor.

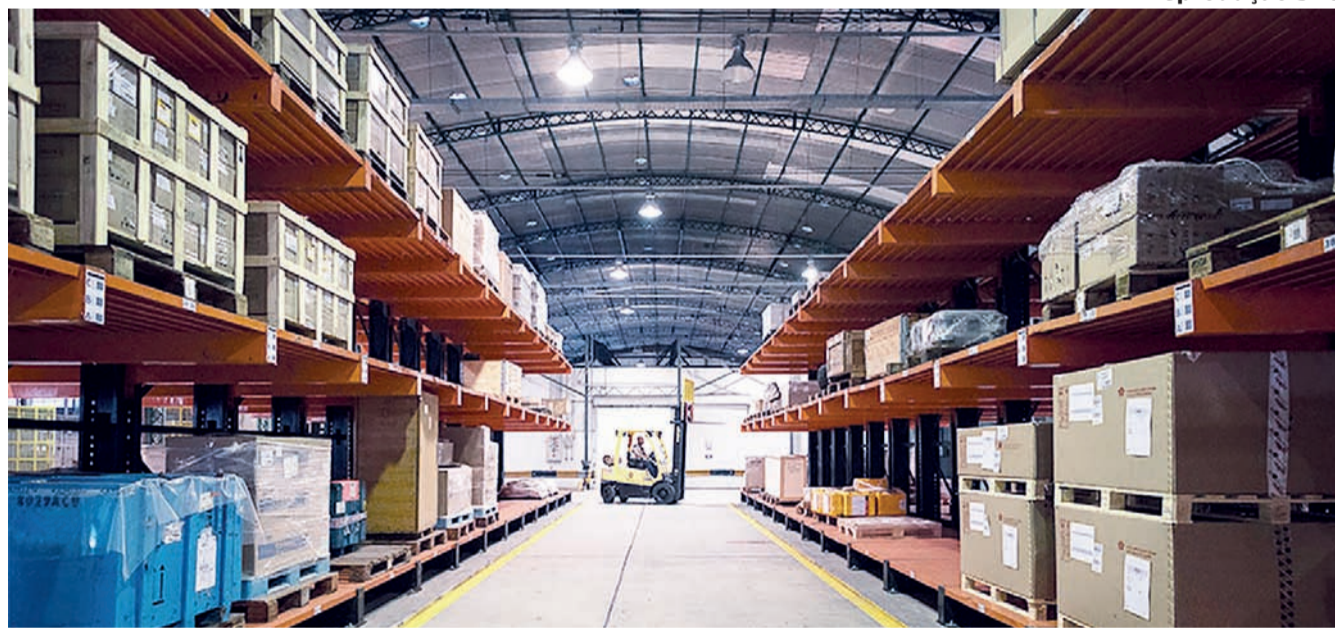
De acordo com o coordenador-geral da Frente Única dos Petroleiros (FUP), David Bacelar, são mais de 44 mil postos de trabalho que serão gerados pela indústria naval a partir das encomendas da Petrobras.

Com essa contratação, a frota de navios gaséis da Transpetro passará de seis para 14, ampliando a capacidade de transporte de 36 milhões para até 108 milhões de litros. Até o ano que vem, mais 13 serão licitados.

O Programa de Renovação e Ampliação da Frota faz parte do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e já fez a

contratação, em janeiro deste ano, de quatro navios da classe handy. No final do ano passado, a Petrobras contratou 12 novas embarcações de apoio marítimo (do tipo PSV), que serão construídas nos estaleiros próprios das empresas vencedoras, localizados em Santa Catarina.

A Petrobras também assinou protocolos de intenção com o objetivo de viabilizar o reaproveitamento de plataformas que serão desmobilizadas. Até 2029, serão 10 equipamentos. O documento foi assinado por instituições da indústria que vão colaborar para o estudo, entre elas o Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval) e a Associação Brasileira das Empresas da Economia do Mar (Abeemar).



## Aeroporto do Galeão bate novo recorde em importações de carga

**O** Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro (Galeão) continua a se destacar no cenário global de logística e transporte aéreo de carga, alcançando, em 2024, um novo recorde pelo terceiro ano consecutivo. Com um valor superior a US\$ 13 bilhões em importações de carga, equivalente a mais de R\$ 75 bilhões, o Galeão reforça sua importância estratégica para o setor, não só para o Brasil, mas para o transporte global de mercadorias. Os dados são da concessionária RIOgaleão e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Para a Associação de Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Rio

Indústria), este crescimento contínuo de 18% em valor e 16% em peso reflete a consolidação do aeroporto como um hub essencial para importações, com destaque para os setores de transporte aéreo, petróleo e gás, farmacêutico, automotivo e têxtil.

O recorde foi exaltado pelo ex-secretário estadual Wagner Vicer: “Sempre falamos que isso aconteceria como uma derivada segunda desse processo da retomada do Galeão, pois normalmente 60% da carga é naturalmente movimentada na chamada ‘barriga’ dos aviões de passageiros, e, consequentemente, o maior número de voos e de conectividades pelo Galeão per-

mitiria a maior movimentação, o que não era feito via [aeroporto] Santos Dumont, onde não há essa infraestrutura de cargas e de armazenamento.”

“Isso permitiu os operadores do RIOgaleão reduzirem os custos de movimentar cargas e o próprio tempo de desembarço, contrastando com Guarulhos que se mostrou totalmente ineficaz nessa comparação”, destaca Vicer.

Sérgio Duarte, presidente da Rio Indústria, ressalta que a ampliação das rotas internacionais, especialmente com os Estados Unidos e a Europa, e a introdução de novas rotas, como a cargueira da Atlas Air, são fatores determinantes para esse sucesso.

## Para 68%, trabalho remoto aumentou produtividade

O número de pessoas que trabalham de casa tem o potencial de ser até duas vezes maior do que o atual, segundo uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) baseada na percepção dos trabalhadores. Atualmente, de acordo com dados do IBGE, há 9,5 milhões de brasileiros operando no regime remoto, pouco mais de 9,1% da população ocupada, que chegou a 103,3 milhões de pessoas em 2024, batendo o recorde da série histórica, iniciada em 2012.

A maioria das empresas (65%), entretanto, retornou ao regime presencial ou híbrido, segundo pesquisa realizada pela Swile Brasil em parceria com a Leme Consultoria. Uma possível justificativa para esse movimento é a percepção equivocada de que o home office compromete a produtividade. No entanto, essa ideia é refutada pelo relatório da FGV, que aponta que 68% dos profissionais perceberam um aumento de produtividade no trabalho remoto.

Além disso, sondagem da Mercer, especializada em consultoria de talentos e remuneração, mostra que 94% dos colaboradores preferem essa flexibilidade. Para atender a essa demanda dos profissionais, 68% das empresas não pretendem alterar a política atual de híbrido, home office e remoto. Seguindo essa tendência, 51% já ajustaram os contratos de toda força de trabalho prevendo o formato híbrido.

Nas companhias que adotam o híbrido, em 34% dos casos é o gestor quem define como será.

### COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 5,7161
Dólar Turismo	R\$ 5,9490
Euro	R\$ 5,9927
Iuan	R\$ 0,7876
Ouro (gr)	R\$ 534,26

### ÍNDICES

IGP-M	0,27% (janeiro)
	0,94% (dezembro)
IPCA-E	
	RJ (dezembro) 0,36%
	SP (dezembro) 0,36%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63%

# Os problemas de Trump

Por **Silvio Figer**

Com um mês de mandato, Trump vai colocando na mesa sua agenda MAGA (Make America Great Again). Atos e discursos quase diários, destinados a projetar a imagem de um líder mundial, que detém o poder de determinar o futuro não só da América como do mundo. E o mundo está em suspenso. Outros líderes do passado já tentaram isto, apenas que sem a repercussão mundial instantânea proporcionada pelas redes sociais, e nunca de forma tão óbvia como Trump faz.

Assim é que, até agora, o Canadá deve se tornar um estado americano, o Golfo do México passa a se chamar Golfo dos EUA, o Canal do Panamá volta a pertencer aos EUA, a Groenlândia passa a pertencer aos EUA, e Gaza será ocupada por tropas americanas, com os palestinos transferidos para Jordânia e Egito.

Perguntado por um repórter, em uma coletiva de imprensa, com respaldo em que autoridade ele tomava essas medidas, sua resposta foi esclarecedora: “On US authority” (na autoridade americana). E mais não julgou necessário dizer. Nem precisava.

Mas, histrionismo à parte, o que estas medidas têm a ver com MAGA? Literalmente nada. Os problemas da economia americana são três:

1) infraestrutura antiquada e ineficiente, sendo o exemplo mais gritante o transporte ferroviário que sequer conta com trens de alta velocidade, hoje uma realidade na Europa, e, óbvio, na China: Xangai está conectada a Londres por uma via férrea de 12 mil km;

2) uma economia baseada em Serviços (80% do PIB), que relegou a Indústria a segundo plano (19% do PIB), e que praticamente abandonou a Agricultura (1% do PIB). Não há exemplo de potência mundial que não tenha sido lastreada na indústria. Participação da indústria no PIB da China: 38%; no PIB da Rússia: 30%; no PIB da Alemanha: 29%;

3) um déficit fiscal crônico (nos últimos 50 anos, em apenas 4 houve superávit) que já elevou a Dívida Pública americana a impagáveis US\$ 36 trilhões e que continua a circular no mercado por uma única razão: o dólar ainda (ênfase para ainda) é um meio de pagamento internacional. Não por outra razão a mais estapafúrdia das ameaças de Trump é a taxação em 100% de produtos oriundos de países que abandonem o dólar como meio de pagamento internacional (leia-se Brics, que incluem África do Sul, Bangladesh, Emirados Árabes Unidos e Egito – redondos 40% da população mundial).

Isto posto convém analisar uma ordem de prioridade para os problemas acima. É

sugerido que não restarão recursos para a infraestrutura, nem para o desenvolvimento industrial, com o déficit fiscal suando recursos da economia à razão de cerca de US\$ 2 trilhões anuais (média dos últimos cinco anos). E o que Trump, e Elon Musk, seu secretário para Eficiência Governamental, estão decretando a respeito, além de mexer com alguns bilhões de dólares de agências governamentais irrelevantes no contexto dos US\$ 2 trilhões? Nada.

Pela simples razão de que US\$ 800 bilhões anuais (cerca de 40% do déficit total) são consumidos pelo complexo industrial militar, que está incluído nos números da atividade industrial do PIB. Ou seja, a redução real do déficit público implica, em um primeiro momento, ainda maior redução da atividade industrial, além de reduzir enormemente o poderio militar americano.

Ou Trump encara esta realidade, transferindo recursos dos gastos militares para a infraestrutura e para o crédito à indústria, enquanto promove a solução dos conflitos internacionais pelas negociações político-diplomáticas, ou a realidade encara Trump com a inflação das tarifas, a estagnação econômica e a guerra. E nada de MAGA.

*Silvio Figer é consultor.*

# Gestão e estratégia: a base para crescimento das PMEs

Por **Marco França**

Início de ano: com ele vêm as renovações, esperanças e as velhas rotinas do empresariado, como, por exemplo, fazer ou refazer o planejamento estratégico de suas empresas e, com isso, o ingrato exercício de adivinhação de macroeconomia e geopolítica. O que vai acontecer com taxas, guerras, inflação, desemprego, gestão pública e... a lista não tem fim de coisas que podem impactar, em algum grau, o nosso negócio, seu respectivo crescimento potencial e margem operacional.

O que a pirâmide de Maslow tem a ver com planejamento? Maslow ensina que nossas primeiras necessidades devem ser atendidas de forma hierárquica, partindo da fisiologia, segurança, estima e, por último, a realização profissional. Na ótica corporativa de Maslow, a base da pirâmide poderia ser chamada de Gestão e Estratégia. Sem que esses elementos estejam otimizados e bem definidos, não é possível avançar, independentemente de termos a democracia da Suécia ou a eficiência de Singapura. O que impede o empresário de ser jogado para fora do seu negócio é ter estratégia e gestão superiores às de seus pares.

O Brasil, como macroambiente de negócios, positivo ou negativo, será sempre uma commodity. Isso se torna apenas

mais um ingrediente entre as variáveis locais para a tomada de decisão entre concorrentes de um mesmo setor, dado que todos os empresários mortais enfrentam o mesmo ambiente de burocracia, inchaço do Estado e insegurança jurídica. Outro ponto importante: o Brasil, historicamente, nunca decola nem capota. Portanto, prever cenários de grandes catástrofes – seja pela explosão da dívida, pela disparada da Selic (em parte já foi não à toa) ou pelo colapso da democracia – não adianta em termos práticos.

Estratégia é o que nos mantém vivos perante a concorrência e clientes. Ao conectá-la com a gestão e suas vertentes – processos, gente, capital, tecnologia e governança – permite a perenidade do negócio e a formação do legado. O perigo maior do empresário PME está na tomada de decisão com visão parcial das verdades, realidades e fatos de sua empresa e consequentemente, de entender realisticamente a sua real capacidade empresarial e vantagens competitivas.

É quase verdade absoluta que a maior parte dos empresários e empresárias deste grande Brasil vieram de uma vocação comercial e sensibilidade aguçados. Isto permitiu o drive inicial do crescimento de suas empresas. Infelizmente, isto será cada vez mais insuficiente para replicar o sucesso no próximo ciclo de vida da empresa.

O lado positivo é que um grupo cada vez maior de empresários têm buscado conhecimento e melhoria de sua gestão, com aumento de senioridade dos seus times e de consultorias que trazem valor ao seu negócio. Isto envolve custo, mas evita erros corporativos que já foram cometidos no passado. No último trimestre de 2024, vimos uma certa desconexão do planejamento do setor de Pequenas e Médias Empresas, vulgo PME, frente ao mau humor advindo da Faria Lima, decorrente de sua avaliação sobre o governo, no aspecto fiscal, predominantemente. Ali, também não tem pílula mágica. Maslow também se aplica ao governo.

Portanto, nada mais certo a fazer do que aumentar nosso nível de competência empresarial, entender e monitorar as evoluções do que não controlamos e fazer os ajustes de acordo. O empresariado PME está fazendo seu trabalho. Quem sabe isto não sirva de exemplo à outra parcela do nosso PIB. Uma vez que tenhamos um cenário macro melhor, isto vai acelerar ainda mais o setor privado, com uma macroeconomia mais domesticada e, daí, o ciclo virtuoso se instala. Até lá, façamos bem a nossa parte.

*Marco França é engenheiro pela PUC e sócio da Anddas.*

# Como planejar viagens sem esquecer a alimentação saudável

Por **Matheus Oliveira**

As férias são um período de descanso remunerado a que o trabalhador tem direito após completar um ano de trabalho. Elas são importantes para equilibrar a vida pessoal e o ambiente corporativo, funcionando como uma válvula de escape após um ano de trabalho.

Nesse período sabático sempre buscamos destinos turísticos para viajar e esquecemos de cuidar da nossa alimentação. E quando estamos no nosso peso ideal, a chance de ganhar peso numa viagem é grande. Isso acontece porque qualquer coisa que nos tire daquela rotina extremamente controlada vai fazer que o nosso corpo, sedento por energia, estoque-a. Inevitável.

Mas isso não deveria ser uma grande questão. Primeiro porque você está viajando, se divertindo, e a última coisa que deveria se preocupar é com o peso. Se preocupar com a alimentação? Sim, desde que seja para pensar onde comer, entender a cultura local através dos alimentos. Mas atenção, você não vai ficar gordo por causa da viagem e sim, usando o termo “variação de peso” quando o evento se trata de viagem e não um estilo de vida, porque usamos a premissa que após o evento de férias a rotina comportamental e alimentar voltem ao normal.

Nesse artigo quero expressar pontos importantes para manter o equilíbrio no prazer em experimentar culinárias locais de cada cidade ou país, sem esquecer de manter uma alimentação saudável e equilibrada para o sucesso da viagem e no retorno pós-evento férias sem os malefícios dos quilos a mais.

Para manter uma alimentação saudável durante uma viagem, é importante planejar, escolher bem os alimentos e se hidratar:

**Planejamento** – Faça uma lista dos alimentos que vai levar; monte um kit de lanches rápidos e saudáveis; escolha opções locais.

**Escolhas dos alimentos** – Prefira frutas frescas, castanhas, iogurtes sem açúcar, barras de cereais integrais, biscoitos integrais e torradas; evite alimentos ultraprocessados, gordurosos e maionese; opte por sanduíches naturais.

**Hidratação** – Leve uma garrafa de água reutilizável; beba água, chás de ervas ou água de coco; preste atenção redobrada à ingestão de líquido, em voos longos ou passeio sob climas quentes.

**Adapte as refeições ao destino** – Combine pratos típicos com alimentos que já fazem parte da rotina; escolha bem os locais em que irá comer; priorize os que têm opções saudáveis.

Com escolas cocientes, é possível desfrutar de opções leves e saborosas. Lembre-se de que cuidar do seu corpo durante a viagem contribui para uma experiência mais gratificante e energizante.

*Matheus Oliveira é nutricionista clínico pós-graduado pela UFRJ, trabalha em consultório nutricional na Interclínica Centroplática do Dr. Marcelo Daher. É vice-presidente de campanhas institucionais da Associação dos Embaixadores de Turismo do RJ.*

# Monitor Mercantil



**Monitor Mercantil S/A**  
Rua Marçílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280  
Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
Tel: +55 21 3849-6444

**Monitor Editora e Gráfica Ltda.**  
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001  
São Paulo - SP - Brasil  
Tel.: + 55 11 3165-6192

**Diretor Responsável**  
Marcos Costa de Oliveira

**Conselho Editorial**  
Adhemar Mineiro  
José Carlos de Assis  
Maurício Dias David  
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

**ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS**

**Serviços noticiosos:**  
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912  
monitormercantil.com.br  
twitter.com/sigaomonitor  
redacao@monitormercantil.com.br  
publicidade@monitor.inf.br  
monitorsp@monitor.inf.br

**Assinatura**  
Mensal: R\$ 180,00  
Plano anual: 12 x R\$ 40,00  
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas





## FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira  
Redação do MM  
fatos@monitormercantil.com.br

## Pesquisa da Amcham mostra: são os juros, estúpido!

A Câmara Americana de Comércio (Amcham Brasil) realizou a pesquisa Plano de Voo 2025, com 775 empresas instaladas em terras brasileiras, com destaque para o impacto das políticas econômicas da nova administração nos Estados Unidos e os principais gargalos da economia brasileira. Ao serem indagados sobre os 4 grandes desafios da economia, os empresários apontaram a política de juros, que bate com folga a “crise fiscal” e o “descontrole da inflação”, que dominam o noticiário:

- Juros elevados (77%)
- Desequilíbrio fiscal (64%)
- Inflação elevada (63%)
- Volatilidade cambial (59%)
- Instabilidade política (54%)

E, apesar de toda a onda negativa na imprensa financeira, as empresas mantêm otimismo: 92% esperam crescimento nas receitas este ano, com mais de um terço projetando aumentos acima de 15%. Esse crescimento deve vir, principalmente, da expansão do mercado interno e de medidas de redução de custos e ganhos de produtividade.

## Sol da meia-noite

A Cemig, distribuidora de energia, desmente notícia de que só está aceitando instalações de geração distribuída em que o cliente só pode injetar a energia produzida entre 19h e 5h. Segundo a empresa, até 7,5 kW a aprovação é padrão. Acima desta potência, dependendo de análise técnica, o cliente pode armazenar energia e injetar à noite. Só falta esclarecer que baterias de armazenamento têm elevadíssimo custo.

A companhia comercializa sistema energia solar por assinatura da Cemig SIM.

## Bolsonaro apaga o sol

A Cemig se apega na Lei 14.300/2022, que instituiu o marco legal da microgeração e minigeração distribuída e abriu uma brecha para essa interpretação, digamos, exótica. A lei foi sancionada pelo então presidente, Jair Bolsonaro.

## GM armada para poucos

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, disse em entrevista que a Guarda Municipal armada não portará fuzis e se limitará a coibir pequenos roubos em áreas onde não houver confronto com a milícia ou o tráfico. Traduzindo: será uma GM para a Zona Sul.

## Sem crise ou críticas

O total de crédito da Desenvolve SP, agência do governo estadual, para planos de negócios apresentados por empresas de até médio porte cresceu 35,7% na comparação entre janeiro de 2024 e o mesmo período de 2025. Em 25 meses da gestão de Tarcísio de Freitas, a agência liberou, apenas para micro, pequenos e médios empresários, mais de R\$ 810 milhões.

Não apareceu ninguém do mercado acusando Tarcísio de criar uma crise fiscal ou de provocar a elevação dos juros na banca privada, como atacam no BNDES.

## Rápidas

O Cineclube Paulo Freire exibirá nesta quinta-feira, 16h40, *Black Rio! Black Power!*, do diretor Emílio Domingos, que participará de um debate no final da projeção. A exibição gratuita acontece no Cine Arte UFF em Niterói (RJ) \*\*\* No sábado, a escritora Isa Colli promove o lançamento virtual de seu livro *Ayana, uma linda flor radiante* (Colli Books) \*\*\* O Museu Fama se torna membro do Comitê Nacional Brasileiro do Icom, órgão consultivo da Unesco e da ONU. Com isso, passa a integrar 3 comitês especializados: Icom-CC, Cimuset e Ceca, fortalecendo sua atuação na preservação e promoção do patrimônio cultural.

# Haddad: inflação entre 4% e 5% é relativamente normal

## Ministro participou de conferência do FMI na Arábia Saudita

O atual nível de inflação do Brasil está relativamente dentro da normalidade para o Plano Real, disse nesta segunda-feira o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Em conferência do Fundo Monetário Internacional (FMI) na Arábia Saudita, o ministro avaliou que o Brasil deixou para trás o período em que a inflação estava em torno de dois dígitos.

“O Brasil tem feito um trabalho, tentando encontrar um caminho de equilíbrio e sustentabilidade, mesmo em fase de um ajuste importante. O Brasil deixou uma inflação de dois dígitos há três anos. Hoje, temos uma inflação em torno de 4% a 5%, que é uma inflação relativamente normal para o Brasil desde o Plano Real, há 26 anos”, declarou o ministro no painel “Um caminho para a resiliência dos mercados emergentes”.

Segundo a Agência Brasil, apesar de estar em um dígito, a inflação estourou o teto da meta em 2024 e deve fazer o mesmo neste ano, de acordo com o mercado financeiro. Segundo o boletim Focus, pesquisa semanal do Banco Cen-

tral (BC) com instituições financeiras, a inflação oficial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve encerrar 2025 em 5,6%, mais de um ponto percentual acima do teto da meta, de 4,5%.

No ano passado, o IPCA ficou em 4,83%, também acima do teto de 4,5%. Com base na legislação, o BC enviou uma carta em que justificou o estouro da meta com base na alta do dólar, problemas climáticos e aquecimento da economia. Pelo sistema de metas contínuas de inflação, a cada seis meses, o BC terá de enviar uma carta caso a inflação em 12 meses supere a meta de 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto para cima ou para baixo.

No encontro do FMI, que ocorre na cidade saudita de Al-Ula, Haddad reafirmou as justificativas da carta do BC. O ministro atribuiu o repique inflacionário à alta do dólar em todo o planeta no segundo semestre do ano passado, período marcado pelas eleições presidenciais norte-americanas.

“Por volta de 12 a 30 anos, a inflação se manteve abaixo dos 5%, o que acon-

tece neste momento. Com o fortalecimento do dólar pelo mundo, acabou fazendo com que nós tivéssemos um repique inflacionário no segundo semestre do ano passado; por isso, o Banco Central teve de intervir [com altas de juros] para garantir que a inflação fosse controlada”, justificou Haddad.

### Câmbio

Com a valorização do real nas últimas semanas, afirmou o ministro, os preços devem se estabilizar. “O aumento das taxas será no curto prazo. O dólar voltou a um nível adequado e caiu 10% nos últimos 60 dias. Eu acho que isso vai fazer com que a inflação se estabilize”, destacou.

Atualmente em 13,25% ao ano, a Taxa Selic deverá subir para 14,25% na reunião de março do Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central, como informou a própria instituição financeira no início do mês.

### G20

Haddad destacou a reforma tributária sobre o con-

sumo, regulamentada no fim do ano passado e que deverá gerar crescimento econômico nos próximos anos. Segundo o ministro, o Brasil trabalha para ter equilíbrio e sustentabilidade, mesmo em meio a um ajuste fiscal importante e com fortes incertezas externas.

O ministro lembrou a presidência do Brasil no G20 (grupo das 19 maiores economias do planeta, mais União Europeia e União Africana). Segundo Haddad, o Brasil deixou um legado de busca pela reglobalização sustentável, capaz de conciliar interesses de mercado, combate às desigualdades e transição para fontes de energia limpas.

Mediadora do debate, a diretora-gerente do FMI, Kristalina Georgieva, defendeu a capacidade de as economias se adaptarem a choques globais, que aumentaram nos últimos anos com incidentes como a pandemia de Covid-19 e a intensificação das mudanças climáticas. Segundo ela, as economias emergentes devem pautar-se na “resiliência”, antecipando-se e absorvendo parte dos efeitos da geopolítica e das crises externas.

# União paga R\$ 556 milhões de dívidas de estados e municípios

O Governo Federal pagou, em janeiro, R\$ 556,35 milhões em dívidas atrasadas de cinco estados e um município, informou nesta segunda-feira a Secretaria do Tesouro Nacional. Foram R\$ 218,43 milhões de Minas Gerais; R\$ 106,92 milhões do Rio Grande do Norte; R\$ 79,96 milhões do Rio de Janeiro; R\$ 76,81 milhões do Rio Grande do Sul; R\$ 74,16 milhões de Goiás e R\$ 68,09 mil do município de Santanópolis (BA).

Os valores são de dívidas garantidas pela União e não honradas. As garantias representam os ativos oferecidos pela União para cobrir eventuais calotes em empréstimos e financiamentos dos estados, municípios e outras entidades com bancos nacionais ou instituições estrangeiras.

Como garantidor das operações, a União é comunicada pelos credores

de que não houve a quitação de determinada parcela do contrato. No total, desde 2016, a União pagou R\$ 75,99 bilhões em dívidas de estados e municípios. Desse montante, foram recuperados R\$ 5,673 bilhões até janeiro deste ano.

Segundo a Agência Brasil, o não cumprimento das obrigações no prazo estipulado autoriza o Tesouro a compensar as dívidas descontando o valor com bloqueios de repasses federais ordinários, além de impedir novos financiamentos.

### Espaço Publicitário

“Caso estados ou municípios deixem de pagar prestações de contratos garantidos pela União, caberá a ela honrar os valores inadimplidos perante os credores originais e executar as contragarantias por eles oferecidas mediante contratos de contragaran-

tia. Além do valor original devido, são cobrados do devedor juros de mora, multas e outros encargos previstos nos contratos de empréstimo, também pagos pela União”, informa o Tesouro.

Há casos, entretanto, de bloqueio na execução das contragarantias, em razão de decisões judiciais. É o caso do estado do Maranhão e dos municípios de Taubaté (SP) e Caucaia (CE), cujo total pendente de recebimento é de R\$ 652,89 milhões.

Desse total, R\$ 315,1 milhões são referentes a uma dívida do Maranhão com o Bank of America; R\$ 193,31 milhões devidos por Taubaté à Corporação Andina de Fomento (CAF) e de R\$ 36,72 milhões também devidos à CAF por Caucaia.

O Tesouro informou ainda que a União honrou R\$ 107,76 milhões devidos ao Bird pelo Rio Grande do Norte. A secretaria

esclarece, entretanto, que o valor de cada garantia honrada é atualizada diariamente pela Selic, a taxa básica de juros, a partir da data da honra.

Em relação aos processos de refinanciamento, o Tesouro informa que os estados de Alagoas, Espírito Santo, Maranhão, Pernambuco e Piauí obtiveram decisões judiciais permitindo a suspensão dos pagamentos de dívidas garantidas pela União para compensar perdas na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

O total dos valores suspensos atingiu R\$ 1,90 bilhão. Foram suspensos o pagamento de R\$ 128,60 milhões de Alagoas; R\$ 61,90 milhões do Espírito Santo; R\$ 479,70 milhões do Maranhão; R\$ 888,10 milhões de Pernambuco e R\$ 296,30 milhões do Piauí.

## SEU DIREITO

### Como o Receita Saúde impacta o seu Imposto de Renda

Por Sysley Sampaio

Em tempos de crise econômica e com a promessa de uma reforma tributária no horizonte, o governo federal lança o programa Receita Saúde, obrigando médicos, dentistas, fisioterapeutas e outros profissionais da saúde a emitirem recibos eletrônicos por meio de um aplicativo da Receita Federal. A justificativa oficial é a modernização do sistema e o combate à sonegação, mas o que está em jogo é o aumento da arrecadação de impostos antes mesmo da reforma tributária sobre a renda entrar em vigor, prevista para 2026.

Imagine a seguinte situação: você consulta um médico particular e, ao final do atendimento, em vez do tradicional recibo em papel, recebe um recibo eletrônico emitido na hora pelo celular do próprio médico, por meio de um aplicativo da Receita Federal. Essa é a nova realidade imposta pelo programa Receita Saúde, que entra em vigor em janeiro de 2025.

A partir dessa data, profissionais da saúde, como médicos, dentistas, fisioterapeutas, psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais que atuam como autônomos, serão obrigados a emitir recibos eletrônicos por meio do aplicativo. O programa, que o governo apresenta como uma ferramenta de modernização, funciona como um mecanismo de fiscalização que registra automaticamente as receitas dos profissionais no sistema da Receita Federal.

Na prática, o Receita Saúde diminui consideravelmente a possibilidade de omissão de rendimentos por parte dos profissionais da saúde, que, hoje, muitas vezes utilizam recibos manuais e declaram apenas parte do que recebem. Com a digitalização do processo, essa prática se torna muito mais difícil, impactando diretamente a arrecadação do Imposto de Renda.

A pressa do governo em implementar o Receita Saúde se explica pelo contexto econômico e fiscal do país. Com a reforma tributária sobre o consumo já aprovada e a reforma sobre a renda ainda em fase de elaboração, o governo busca alternativas para aumentar a arrecadação no curto prazo.

O Receita Saúde se encaixa nessa estratégia, atuando como uma espécie de “reforma fatiada”, na qual medidas pontuais são implementadas antes mesmo da aprovação da reforma como um todo. Isso levanta questões importantes sobre a transparência do processo e a participação da sociedade na discussão das mudanças tributárias.

Para os profissionais da saúde, o Receita Saúde significa mais burocracia e, possivelmente, aumento da carga tributária. A obrigatoriedade de declarar todos os rendimentos pode levar muitos profissionais a reavaliar seus regimes de tributação, migrando para opções como o Lucro Presumido.

No entanto, o impacto não se restringe aos profissionais. Os pacientes também podem ser afetados, já que o aumento da carga tributária pode resultar em reajustes nos preços dos serviços.

Especialistas do setor estimam que a informalidade na área da saúde chega a 40%, o que representa uma perda significativa de arrecadação para o governo. Com o Receita Saúde, essa fatia da economia tende a ser formalizada, gerando um aumento na arrecadação de impostos. No entanto, ainda é cedo para dizer qual será o impacto real da medida e se ela será suficiente para alcançar os objetivos do governo.

O Receita Saúde é apenas uma peça do complexo quebra-cabeça da reforma tributária. A discussão sobre a tributação da renda ainda está em aberto e precisa ser amplamente debatida pela sociedade. É preciso questionar se a implementação de medidas pontuais como essa, sem um debate aprofundado no Legislativo, é a melhor forma de construir um sistema tributário mais justo e eficiente.

Enquanto a reforma tributária não se concretiza, o Receita Saúde já é uma realidade. Profissionais da saúde e pacientes precisam se preparar para as mudanças e se informar sobre seus direitos e deveres.

*Sysley Sampaio é advogado tributarista, membro da Comissão Especial de Direito Tributário do Conselho Federal da OAB e do grupo de estudos da Jurisdição Constitucional Tributária do IDP.*

# Redução corrói em 3,78% o poder de compra do brasileiro

De acordo com levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) sobre os efeitos da redução no Brasil, o poder de compra do brasileiro médio diminuiu 3,78% em 2023. Esse fenômeno, que é caracterizado pela diminuição da quantidade de produto nas embalagens enquanto o preço permanece o mesmo, tem afetado significativamente os consumidores, especialmente em produtos alimentícios e de higiene pessoal.

“O impacto da redução é sentido diretamente no bolso do consumidor, que paga o mesmo valor por menos produto. Essa prática tem sido cada vez mais comum e prejudica o poder de compra da população”, afirma Gilberto Luiz do Amaral, presidente do IBPT.

A redução se tornou uma estratégia de mercado onde as empresas reduzem a quantidade de produto nas embalagens sem alterar o preço, resultando em uma percepção enganosa

de estabilidade de preços. Esta prática tem sido amplamente adotada em diversas indústrias, sobretudo na alimentícia e de produtos de higiene, onde a diversidade de embalagens facilita a implementação desta estratégia.

Como metodologia, o estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação utilizou dados coletados pelo aplicativo Citizen IBPT, ferramenta gratuita para controle financeiro pessoal. O aplicativo, utilizado por milhares de brasileiros, permite o registro e análise de notas fiscais, proporcionando uma base de dados rica para estudos econômicos. A análise das notas fiscais permitiu identificar padrões de redução em diversos produtos.

“Com o Citizen IBPT, conseguimos realizar estudos detalhados e precisos sobre o impacto da inflação e da redução no dia a dia dos consumidores. Essa ferramenta nos permite ver de forma clara como os fabricantes têm ajustado as quantidades dos produtos para manter suas margens

de lucro”, explicou Amaral.

O estudo destacou que um dos exemplos mais relevantes foi observado no mercado de milho para pipoca, onde a quantidade padrão de 500g foi reduzida para 400g em muitas marcas, sem alteração proporcional no preço. Esta mudança representa uma redução de 20%, resultando em um impacto direto no poder de compra dos consumidores.

Além disso, a apuração também abordou os efeitos psicológicos e comportamentais da redução, destacando como essa prática pode iludir o consumidor, que muitas vezes não percebe imediatamente a redução na quantidade de produto. “A redução não apenas afeta o bolso, mas, também, a confiança do cliente nas marcas e no mercado”, observou Amaral.

O IBPT oferece algumas dicas aos consumidores sobre como se proteger da redução, recomendando aos consumidores que fiquem atentos às informações sobre quantidade e preço por unidade de me-

didada nas embalagens. Verificar se o estabelecimento segue a Lei N° 14.181 de julho de 2021, que obriga a informação clara sobre os preços por unidade de medida, é fundamental.

“O consumidor deve estar vigilante e informado para não ser enganado. Comparar preços e quantidades, e exigir transparência dos fabricantes e varejistas, são medidas essenciais para minimizar os impactos da redução. O estudo do IBPT evidencia a necessidade de maior fiscalização e transparência no mercado, além de uma maior conscientização por parte dos consumidores”, conclui Amaral.

O estudo do IBPT evidencia a necessidade de maior fiscalização e transparência no mercado, além de uma maior conscientização por parte dos consumidores. O Citizen IBPT continua a ser uma ferramenta crucial para o monitoramento e análise do consumo, proporcionando dados valiosos para combater a redução e proteger os direitos dos consumidores.

## Aumento da demanda doméstica puxa alta na produção de calçados

O crescimento da demanda doméstica por calçados impulsionou a produção da indústria do setor em 2024. Dados elaborados pela Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), com base nos índices do IBGE, apontam que, no ano passado, a produção cresceu 3,5% no comparativo com 2023. No total, foram produzidos 896,8 milhões de pares de calçados, dos quais 97,4 milhões destinados à exportação.

O presidente-executivo da Abicalçados, Haroldo

Ferreira, explica que o crescimento na produção poderia ter sido ainda maior, caso não fosse a “invasão” de calçados importados, especialmente da Ásia. No ano passado, as importações cresceram 26% em relação a 2023. Cerca de 90% das importações são de calçados produzidos na Ásia, com destaque para Vietnã, China e Indonésia.

“Hoje, mais de 85% da nossa produção é absorvida pelo mercado interno, que estava aquecido ao longo de 2024, com um crescimento no consumo aparente de 7,7%. No entanto, boa

parte desse bom momento doméstico foi abocanhado pelos importados”, comenta Ferreira.

Os 896,8 milhões de pares quase bateram o volume registrado na pré-pandemia de Covid, em 2019. Naquele ano, foram produzidos 898,8 milhões de pares, 0,2% mais do que em 2024. Para 2025, mesmo diante de um cenário ainda nebuloso, especialmente no mercado externo, possivelmente o setor recupere as perdas ocasionadas pela crise internacional da pandemia. “Em 2025, temos um ano desafiador, mas estamos

otimistas. Em maio, com a BFshow, maior feira de calçados da América Latina, em São Paulo, teremos o termômetro mais exato do comportamento do mercado”, projeta Ferreira.

Para a feira de calçados BFshow são esperadas mais de 350 marcas de calçados brasileiras que receberão lojistas e importadores de todo o mundo. O evento, que acontece nos dias 19 a 21 de maio, no Distrito Anhembi, em São Paulo/SP, lançará as coleções de Verão, que respondem por mais de 70% das vendas da indústria calçadista nacional.

## Café pressiona IGP-10 que tem alta de 0,87% em fevereiro

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-10) registrou alta de 0,87% em fevereiro, acima do mês anterior, quando havia avançado 0,53%. Com esse resultado, o índice acumula alta de 1,40% no ano e 8,35% nos últimos 12 meses. Em fevereiro de 2024, o IGP-10 havia caído 0,65% no mês e apresentava queda acumulada de 3,84% em 12 meses.

“O IPA reverte o movimento de desaceleração registrado no mês anterior, que havia sido impactado pela queda nos preços de importantes commo-

dities. Parte desse movimento pode ser atribuída ao café (em grão) e ao café moído, que apresentam persistência nas altas em fevereiro; os bovinos também são destaque dessa alta. A alta do IPC foi influenciada pelos reajustes das mensalidades escolares e do transporte público. Assim como ocorreu nos preços ao produtor, o café para os consumidores também registrou forte elevação. Em contraste com o IPA e o IPC, o INCC registrou desaceleração, puxada por materiais e equipamentos.” afirma Matheus Dias, economista do FGV IBRE.

Em fevereiro, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) avançou para 1,02%, registrando crescimento expressivo, quando comparado a taxa de 0,57% observada em janeiro. Analisando os diferentes estágios de processamento, percebe-se que o grupo de Bens Finais arrefeceu para 0,10% em fevereiro, após registrar alta de 0,81% em janeiro. Seguindo esse comportamento, o índice correspondente a Bens Finais (ex), que exclui os subgrupos de alimentos in natura e combustíveis para consumo,

passou de 0,65% em janeiro para 0,17% em fevereiro. A taxa do grupo Bens Intermediários subiu 1,17% em fevereiro, intensificando a alta do mês anterior, quando registrou taxa de 1,00%. O Índice de Bens Intermediários (ex) (excluindo o subgrupo de combustíveis e lubrificantes para a produção) subiu 0,99% em fevereiro, registrando taxa acima da apurada em janeiro, que foi de 0,80%. O estágio das Matérias-Primas Brutas acelerou para 1,49% em fevereiro, após variar 0,15% em janeiro.

### Águas de Votorantim S.A.

CNPJ nº 14.192.039/0001-62 - NIRE 35300412371

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 27 de Dezembro de 2024

Às 10h do dia 27/12/2024, na sede social. **Deliberações:** Aprovar aumento do capital social da Companhia em R\$ 6.000.000,00, passando o capital social da Companhia de R\$ 21.600.000,00 para R\$ 27.600.000,00, mediante emissão de 6.000.000 de ações, ao preço de emissão de R\$ 6.000.000,00 para integralização em bens, moedas e/ou direitos; Aprovar a subscrição do aumento de capital pela acionista Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., no valor de R\$ 3.600.000,00 integralizado, no ato, mediante capitalização de parte da reserva de retenção de lucros, pela subscritora contra a Companhia, no mesmo montante, tudo na forma do Boletim de Subscrição que, autenticado pela Mesa, fica arquivado na sede da Companhia; Aprovar a subscrição do aumento de capital pela acionista SGA - Sistema de Gestão Ambiental S.A., no valor de R\$ 2.400.000,00 integralizado, no ato, mediante capitalização de parte da reserva de retenção de lucros, pela subscritora contra a Companhia, no mesmo montante, tudo na forma do Boletim de Subscrição que, autenticado pela Mesa, fica arquivado na sede da Companhia; O caput do artigo 4º do Estatuto Social a vigorar com a seguinte redação: “Art. 4º - O capital social da Companhia é de R\$ 27.600.000,00, dividido em 27.600.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional”. **Encerramento:** Nada mais a tratar. Votorantim, 27/12/2024. **Claúdio Bechara Abduche** - Presidente; **Paulo Faria de Oliveira** - Secretário. **JUCESP** nº 47.212/25-1 em 31/01/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

# Infraestrutura: US\$ 100 bi de investimentos internacionais

## Fundo Brasilinvest-ADIG com investidores dos EUA, Canada e Europa

O Fórum das Américas, realizado no último sábado (15/02) no Alhambra Plaza, Coral Gables, em Miami (EUA), foi palco do anúncio da criação do Fundo Brasilinvest-ADIG para uma plateia de mais de 77 investidores entre instituições e empresas americanas, canadenses e europeias, francesas, árabes e brasileiras.

Com recursos da ordem de US\$ 100 bilhões para financiar projetos de infraestrutura no Brasil, o fundo será gerido pela empresa americana GF Capital, que também será responsável pela estruturação dos projetos do fundo. A expectativa é de aumentar, ainda mais, o valor com a entrada de novos parceiros. Os recursos poderão ser aplicados em setores

como infraestrutura, meio ambiente, indústria, aeroespacial, comunicações, saúde, imobiliário, tecnologia, automotivo.

Na visão dos dirigentes da GF Capital, “não faltam recursos, faltam projetos consistentes”. Sua longa experiência em estruturação mostra que por falta de consistência, a cada 100 projetos apresentados nos Road shows, apenas dois ou três são aprovados.

Enquanto isso, dados da Associação Brasileira da Indústria de Base (ABDIB) dão conta de que atualmente o Brasil investe menos de 2% do Produto Interno Bruto ao ano em infraestrutura para uma necessidade de, pelo menos, 4% ou 4,5% do PIB, ou seja, mais do que o dobro. Estima-se que R\$ 200 bilhões/ano são investidos

na infraestrutura nacional, R\$ 50 bilhões deles provenientes do poder público e R\$ 150 bilhões da iniciativa privada.

### Projetos e regiões

Os recursos, originários de diferentes investidores envolvendo a Abu Dabi Investment Group (ADIG) e fundos de investidores da GF Capital e Brasilinvest, do chairman Mário Garnero, começarão a ser liberados em 60 dias, sempre focando projetos para o desenvolvimento brasileiro. A expectativa é de que nada menos do que US\$ 20 bilhões sejam absorvidos em projetos verdes, bastante concentrados na região amazônica. Outros US\$ 15 bilhões deverão ser aportados em projetos de smart cities no Rio Grande do Sul,

Santa Catarina, Paraná e Rio de Janeiro.

Também estão previstos investimentos em projetos de Hidrogênio Verde no Espírito Santo e em outros Estados com esta vocação, cujos valores ainda estão em definição. Para a GF Capital, quando se fala em agronegócio, motor da economia brasileira, não se imagina projetos menores do que US\$ 10 bilhões.

Diferentemente de instituições financeiras tradicionais que oferecem produtos de prateleira, a política do Fundo Brasilinvest-ADIG é de que cada projeto seja analisado individualmente, respeitando-se suas características próprias.

### Crescimento econômico

Para os investidores, o considerável volume de

recursos fica plenamente justificado em se tratando do Brasil, principal economia emergente do Planeta. Pelas projeções do Fundo Brasilinvest-ADIG, que conta com o ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, como vice chairman, o valor total deverá ser aplicado integralmente nos projetos com seus diferentes prazos de conclusão, desde que cumpram o objetivo de promover o crescimento. Cada um a seu tempo, os empreendimentos gerarão emprego para a população e impostos para os Estados e municípios, inclusive aqueles em fase de reconstrução por conta de fenômenos climáticos.

Internados em um banco de primeira linha em

Nova Iorque e geridos nos Estados Unidos, os recursos do Fundo Brasilinvest-ADIG também serão disponibilizados às empresas brasileiras que quiserem investir em expansão no exterior ou ampliar suas exportações. A propósito, US\$ 30 bilhões do total já estão destinados a projetos com protocolos de intenção assinados em diferentes segmentos.

Estiveram presentes na reunião em Miami representantes de instituições e de companhias como Boeing, Microsoft, Goldman Sachs, US Chamber of Commerce, Associação das Nações Unidas-Brasil, Alder Renewables, Aura Minerals, AECOM Brazil, One Amazon, Gorilla Technology, Hogan Lovells e Odebrecht Engenharia e Construção S.A.

## BB Seguridade: lucro líquido de R\$ 8,7 bilhões em 2024

BB Seguridade registrou lucro líquido de R\$ 8,7 bilhões em 2024, número que representa um aumento de 9,5% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Já o lucro gerencial ajustado da empresa, apurado de acordo com o padrão contábil adotado pela Susep, que não considera as normas do CPC-50 [IFRS 17], alcançou R\$8,2 bilhões, uma alta de 5,7%.

Apesar de ter sido um ano desafiador, o lucro manteve a trajetória de alta em função do bom desempenho registrado no resultado operacional combinado de todas as empresas do grupo, que cresceu 11,9% no ano, já líquido de impostos, na visão gerencial. O baixo índice de sinistralidade (23,7%), menor patamar da série histórica, contribuiu para o bom resultado.

André Haui, presidente da BB Seguridade, afirma que “a consistência dos bons resultados da compa-

nhia consolida a estratégia que vem sendo executada, fundamentada nos pilares da experiência do cliente, da diversificação da distribuição e da modernização tecnológica, aliados à solidez do conglomerado BB e a qualidade técnica do nosso corpo funcional”.

### Negócios e Gestão

Seguros: crescimento de prêmios emitidos - Os prêmios emitidos expandiram 2,2% em relação a 2023, com forte desempenho dos seguros vida produtor rural (+21,2%), em razão da ampliação do público-alvo e expansão da importância seguradora máxima, penhor rural (+28,1%), com excelente performance do novo produto penhor de animais, e prestamista (+7,9%), acompanhando evolução do crédito e assegurando a liderança de mercado no segmento. A distribuição de seguros de Grandes Riscos no segmento

Atacado também seguiu em forte crescimento (+59%YoY). A sinistralidade alcançou o menor patamar da série histórica (23,7%), refletindo a qualidade da subscrição e os mecanismos de mitigação de riscos nos seguros rurais, como a diversificação geográfica e de culturas intrínseca à atuação nacional da seguradora e as proteções de resseguro adquiridas para a carteira.

Previdência: crescimento de reservas e novo produto para garantia de crédito - As reservas de previdência cresceram 9,4% em doze meses e chegaram à marca de R\$ 428,9 bilhões. Destaque para os R\$ 800 milhões de recursos de previdência oferecidos como garantia de operações de crédito, após lançamento do Brasilprev Garantia, uma nova modalidade de produto que oferece liquidez aos nossos clientes e evita que eles acessem uma poupança de longo prazo no caso

de necessidade momentânea.

Capitalização: arrecadação e lucro crescentes - No ano, o lucro líquido da operação de capitalização cresceu 4,6%, impulsionado pela alta do resultado financeiro (+5,2%). A arrecadação com títulos de capitalização apresentou alta de 4,2%, com aumento do ticket médio dos títulos da modalidade tradicional. Em 2024, foram pagos R\$63 milhões em prêmios de sorteio.

Modernização tecnológica e satisfação do cliente - Foram investidos mais de 500 milhões na infraestrutura de TI, cyber segurança e desenvolvimento de jornadas e soluções digitais. Como consequência, vemos nossos índices de satisfação do cliente se consolidando na zona de qualidade, e a redução consistente do volume de reclamações e cancelamentos.

## Americana Horizon Air vai importar 6 aeronaves da Embraer

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou financiamento no valor aproximado de R\$ 900 milhões para a companhia aérea norte-americana Horizon Air, subsidiária da holding Alaska Air Group Inc. importar seis aeronaves do modelo E-175 da Embraer. Esse é o segundo financiamento do Banco para a Horizon desde 2023, quando a instituição apoiou a exportação de 11 aeronaves da Embraer.

O financiamento ocorre por meio do BNDES Exim Pós-Embarque e cobrirá uma parcela do investimento total da companhia aérea. As aeronaves serão entregues pela Embraer ao longo de 2025 e 2026 e a Horizon assumirá o compromisso de pagamento em dólares ao BNDES, gerando divisas nessa moeda para o Brasil.

“De janeiro de 2023 a janeiro de 2025, o BNDES já aprovou financiamento para exportações de 141 aeronaves da Embraer, número 67% superior às exportações aprovadas de toda a gestão anterior. Apenas para empresas dos EUA, apoiamos 100 aviões desde 2023. Esse tipo de resultado contribui para que a Embraer, com o apoio histórico do Banco, seja uma das líderes globais da indústria aeroespacial”, diz o presidente do Banco, Aloizio Mercadante.

“A atuação estratégica do BNDES para estimular as exportações de aeronaves da Embraer fortalece não só a empresa, mas todo o ecossistema em que a com-

panhia está inserida no Brasil. Com isso, contribui com a sustentabilidade de uma cadeia produtiva nacional robusta e com a geração de renda e milhares de empregos qualificados no País”, afirma o presidente e CEO da Embraer, Francisco Gomes Neto.

Desde 1997, ano do primeiro apoio do BNDES a negociações feitas pela Embraer, o Banco financiou cerca de US\$ 26,3 bilhões à exportação de mais de 1.330 aeronaves da fabricante. No período, as operações contratadas possibilitaram à empresa concorrer no mercado externo em igualdade de condições com suas concorrentes. O apoio do Banco complementa o financiamento provido pelo mercado privado.

O diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do BNDES, José Luís Gordon, destaca a importância da operação aprovada pelo Banco já no início do ano. “Com a segunda aprovação para exportações da Embraer neste início de 2025, ampliamos nosso apoio a indústria aeronáutica nacional e reforçamos a parceria com a Alaska Air Group por meio do segundo financiamento para a empresa em um período de menos de dois anos. Desta forma o BNDES

contribuiu para reforçar a presença da indústria nacional no mercado externo e para a balança comercial brasileira, seguindo o padrão visto no governo do Presidente Lula de aumento de exportações de manufaturados”.

ESHO - EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES S.A.  
CNPJ/MF nº 29.435.005/0001-29 - NIRE 33.3.0029696-4  
Companhia Fechada

#### Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da ESHO - Empresa de Serviços Hospitalares S.A. (“Companhia”) a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária (“AGÉ”) a realizar-se no dia 26 de fevereiro de 2025, às 10h00, de forma presencial, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Barão de Tefé nº 34, 5º ao 12º andar, Bairro Saúde, CEP 20.220-460, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) tendo em vista a ausência de manifestação de interesse dos acionistas minoritários, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar do Aviso aos Acionistas publicado pela Companhia em 20/01/2025 no jornal Monitor Mercantil, em complementar o montante necessário para inteirar uma ação de emissão da Companhia, registrar e deliberar pela não realização do aumento do capital social da Companhia; e (ii) autorizar a administração para que tome todas as providências necessárias para o fiel cumprimento das deliberações tomadas. Informações Gerais: Os acionistas deverão apresentar na sede da Companhia, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou documento societário pertinente que comprove a representação legal, conforme o caso; o comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia e o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2025.  
ESHO - EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES S.A.  
Anderson Luis De Alvarenga Nascimento  
Presidente

Assine o jornal

Monitor Mercantil

(21) 3849-6444

# Projeção de crescimento do crédito total é revista para 8,5%

## Em dezembro, a expectativa era um crescimento de 9% em 2025

**P**esquisa de Economia Bancária e Expectativas da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), prevê que o crédito deverá crescer 8,5% em 2025, com a carteira de recursos livres tendo expansão de 8,1% e a carteira direcionada de 9,0%.

O resultado do levantamento, feito com 21 bancos entre os dias 05 e 10 de fevereiro, mantém a tendência de acomodação das expectativas do ritmo de crescimento em relação à expansão da carteira de crédito de 2024, que se elevou em 10,9% segundo o Banco Central. Em dezembro, a expectativa era um crescimento de 9% do crédito em 2025.

Segundo a Febraban, a revisão para baixo das expectativas do setor foi generalizada, espelhando as perspectivas para o cenário econômico ao longo do ano. Na carteira com recursos livres, a projeção saiu de uma alta de 8,3% para 8,1%,

refletindo a maior cautela das instituições financeiras no mercado de crédito.

Para a carteira de crédito direcionado, a expansão esperada atingiu 9,0%, com queda de 0,7 pp da pesquisa anterior. Essa reavaliação foi puxada pelo crédito direcionado destinado às famílias, que saiu de uma alta de 9,8% para 8,9%. Na carteira PJ (crédito direcionado), a revisão foi marginal, de 9,1% para 9,0%.

No geral, para as empresas, a projeção ficou em 7,1%, ante a uma expectativa anterior que era de crescimento de 7,8%, enquanto, para as famílias, a expansão esperada passou de um crescimento de 9,1% para 8,6%.

A Pesquisa de Economia Bancária e Expectativas da Febraban é realizada a cada 45 dias, logo após a divulgação da Ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) e mostra a estimativa dos bancos para o comportamento de diversas variáveis da economia ao

longo deste e do próximo ano.

“Essa revisão já era esperada e já vinha se desenhando desde o último trimestre de 2024. O resultado reflete a piora do cenário econômico, com expectativa de uma inflação maior, e consequentemente, juros mais altos também ao longo do ano. Os números evoluem de acordo com a dinâmica econômica e o desempenho efetivo do crédito dependerá do cenário fiscal e de outras variáveis relevantes, que poderão alterar a perspectiva atual”, afirma Rubens Sardenberg, diretor de Economia, Regulação Prudencial e Riscos da Febraban.

A pesquisa também coletou as primeiras projeções para a expansão do crédito em 2026. A média das projeções indica que o movimento de desaceleração do crédito deve continuar, com expansão esperada de 7,7% no ano que vem.

Tal desaceleração deve ser liderada pelo crédito

com recursos livres, cuja projeção ficou em 7,1% (ante alta de 8,1% esperada para este ano). Já as linhas direcionadas devem registrar desaceleração mais suave, com alta de 8,6% (ante 9,0% projetado para este ano). Por fim, a expectativa para a inadimplência com recursos livres é de estabilidade em 4,6%.

Houve ligeira melhora na projeção para a taxa de inadimplência da carteira Livre, que passou de 4,7% para 4,6%, ainda que acima do observado no fim de 2024 (4,1%). Esse resultado pode ser explicado pela maior cautela na concessão de crédito, que poderá reduzir a expansão da inadimplência ao longo do ano.

### Selic

A pesquisa mostra que a grande maioria dos entrevistados (76,2%) esperam que a taxa Selic suba além de 14,25% aa neste ano e que não haja o início do

ciclo de cortes em 2025. Como comparação, na pesquisa de dezembro passado, apenas 47,4% haviam escolhido esta opção, ilustrando visão menos positiva do cenário desde então.

Neste contexto, a expectativa para os juros voltou a se elevar ante a pesquisa anterior. Agora, a mediana para a Selic prevê alta até 15,25% ao ano em junho de 2025, permanecendo neste patamar ao menos até setembro.

### Dólar

A expectativa para a taxa de câmbio é de ligeira depreciação ao longo do ano, atingindo R\$/US\$ 5,95 até setembro. Na pesquisa anterior, os entrevistados enxergavam que o câmbio ficaria próximo do nível de R\$ 6,00.

### Inflação e PIB

Quanto à inflação, pouco menos da metade

(47,6%) entende que a inflação deve ficar próxima a 5,5% (atual consenso do mercado). Entretanto, um terço dos analistas consultados já esperam uma inflação próxima (ou acima) de 6% neste ano.

Com relação à atividade, pouco mais da metade (52,4%) dos participantes seguem projetando alta do PIB em torno de 2,0% em 2025, próximo ao captado na pesquisa anterior (50,0%). No entanto, o viés é de baixa, com um aumento na parcela dos que preveem uma desaceleração maior, que passou de 27,8% na pesquisa anterior para 33,3% na atual.

Nos EUA, a grande maioria dos entrevistados (71,4%) esperam reduções modestas (1 ou 2 cortes de 0,25 pp) dos juros neste ano. O restante (28,6%) espera que os juros permaneçam no patamar atual, não descartando alta dos Fed Funds em 2025.

## Regulamentada utilização de imóvel como garantia de crédito imobiliário

**N**ovas regras na operação de crédito imobiliário começam a valer em julho. O Conselho Monetário Nacional (CMN) editou a Resolução CMN 5.197, de 19 de dezembro de 2024, que disciplina as condições para contratação de crédito imobiliário. A norma, que promove alterações na Resolução CMN 4.676, de 31 de julho de 2018, passa a vigorar em julho deste ano.

De acordo com o BC, a revisão era necessária por conta da aprovação da Lei 14.711, de 30 de outubro de 2023, que promoveu uma série de alterações no arcabouço legal que disciplina a hipoteca e a alienação fiduciária, tendo como

propósito assegurar mais efetividade e segurança jurídica na utilização dessas modalidades de garantia em operações de crédito imobiliário.

### Alienação fiduciária

Entre os aprimoramentos trazidos pela legislação estão a extensão da alienação fiduciária e da hipoteca, e a alienação fiduciária de propriedade superveniente de coisa imóvel, cujo objetivo é possibilitar a realização de novas operações de crédito imobiliário tendo como garantia a utilização de um mesmo bem imóvel já dado como garantia em outra operação.

Com a alienação fidu-

ciária da propriedade superveniente, um imóvel já alienado fiduciariamente poderá ser utilizado como garantia em uma nova operação de crédito antes que a operação originalmente contratada tenha sido quitada. Nesse tipo de operação, a propriedade fiduciária do bem continuará com o credor da operação original. Além disso, essa nova transação pode ser realizada com um credor diverso.

A extensão da hipoteca e a extensão da alienação fiduciária permitem, respectivamente, que a hipoteca e a alienação fiduciária já constituídas sejam utilizadas para a contratação de novas operações de crédito, reali-

zadas com o mesmo credor. A extensão, no entanto, não poderá exceder o prazo final de pagamento e o valor garantido definidos no título da garantia original.

A revisão da Resolução 4.676, de 2018, regulamenta aspectos relacionados ao compartilhamento de garantias na realização de novas operações de crédito imobiliário, em especial no que diz respeito às regras relacionadas aos limites de cota de crédito.

Com a regra estabelecida, caso um imóvel sirva de garantia a mais de uma operação de crédito, a razão entre a soma do valor nominal da nova operação e dos saldos devedores das operações já garantidas e o valor da ava-

liação do imóvel dado em garantia não pode ser superior ao limite de cota de crédito aplicável à operação predominante.

Além disso, é previsto expressamente que as novas operações podem ter condições de remuneração, atualização e amortização distintas daquelas convenionadas na operação de crédito original.

Para as operações de empréstimos a pessoas naturais garantidas por imóveis residenciais, a norma também estabelece a faculdade de a instituição financeira requerer a contratação de garantia securitária que preveja a cobertura aos riscos de morte e invalidez permanentemente do mutuário e de da-

nos físicos ao imóvel.

Essa medida ganha ainda mais relevância com a edição da Lei 14.711, de 2023, já que, nos casos em que o compartilhamento da garantia envolva financiamento habitacional e empréstimo, a ausência de cobertura securitária na operação de empréstimo pode fragilizar a situação do mutuário e/ou de sua família na hipótese da ocorrência de sinistros. Essa faculdade deve ser exercida pela instituição financeira sem prejudicar a liberdade para a escolha de apólice de seguro por parte dos mutuários, devendo ser observadas as mesmas condições relativas ao assunto aplicáveis aos financiamentos habitacionais.

## CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas

**O** presidente do Senado, Davi Alcolumbre, prorrogou no último sábado (15) os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas por mais 45 dias. A previsão era de que a comissão funcionasse até o dia 15 de fevereiro, mas o prazo final foi estendido para 1º de abril.

Instalada em abril de 2024, a CPI tem o objetivo de investigar denúncias e suspeitas de manipulação

de resultados no futebol brasileiro, com o possível envolvimento de jogadores, dirigentes e empresas de apostas.

A prorrogação atendeu ao pedido feito pelo senador Jorge Kajuru (PSB-GO), presidente da CPI, que apresentou um requerimento à Secretaria Geral da Mesa (SGM) do Senado com a solicitação dos 45 dias adicionais de trabalho. Ele explica que a prorrogação foi necessária devido à falta de quórum mínimo de seis senadores

para as reuniões que estavam previstas para terça-feira e quarta-feira da semana passada.

Segundo a Agência Senado, o relatório final da comissão, que está sob a responsabilidade do senador Romário (PL-RJ), seria apresentado nessas reuniões, mas Kajuru disse à Agência Senado que o colegiado vai esperar o julgamento do jogador Lucas Paquetá na Inglaterra e a extradição do empresário William Rogatto, conhecido como

“rei do rebaixamento”, para apresentar o documento.

Paquetá tem uma audiência prevista para março perante a Federação de Futebol da Inglaterra (FA), onde o atleta responde a uma investigação por má conduta relacionada a apostas esportivas. Já Rogatto afirmou ter faturado R\$ 300 milhões em manipulação de resultados. Ele foi preso em novembro, em Dubai, pela Interpol e, segundo Kajuru, deve ser extraditado em breve para o Brasil.

“Começaram a chegar novas informações para nós. A certeza de que a federação inglesa vai julgar o Paquetá na primeira semana de março. E o fato mais importante é a chegada, até a primeira quinzena de março no Brasil, do empresário extraditado, réu confesso corrupto, que falou publicamente a nós na CPI que recebeu R\$ 300 milhões com manipulação de resultados, e que rebaixou 42 times do futebol brasileiro” informou Rogatto.

“William Rogatto está preso em Dubai. Consequentemente, ao voltar ao Brasil, a Polícia Federal nos garantiu que ele chega aqui em Brasília e, no dia seguinte, virá à nossa CPI no Senado para ratificar o que prometeu da última vez. Ele nos entregaria um computador com tudo o que ainda não revelou, além de novas documentações que ele também nunca revelou, mostrando os tubarões envolvidos”, acrescentou o senador.







# BRASILCAP

## Rumo aos

### *temos muito o que comemorar*

Há 30 anos, a Brasilcap impulsiona sonhos e transforma vidas por todo o Brasil através da capitalização. **Nossos resultados** abrem caminho para um futuro ainda mais promissor, reafirmando o nosso compromisso de transformar sonhos e construir um futuro melhor para milhares de brasileiros.



## Rumo aos 30 anos, uma jornada feita de grandes números em 2024:

- *Faturamento de R\$ 6,72 bilhões*
- *Reservas técnicas de R\$ 11,02 bilhões*
- *Lucro líquido de R\$ 280,77 milhões*
- *Sorteios pagos de R\$ 62,72 milhões*
- *Resgates pagos de R\$ 6,90 bilhões*
- *Ativos totais de R\$ 13,53 bilhões*

Nosso aniversário está chegando e, com ele, a certeza de que teremos ainda mais conquistas para comemorar.

## BRASILCAP

BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.  
CNPJ 15.138.043/0001-05 | [www.brasilcap.com.br](http://www.brasilcap.com.br)  
SAC: 0800-729-0800 – Ouvidoria: 0800-729-3478  
Atendimento para deficientes de audição ou de fala: 0800-729-0088













**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**O SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESCRITÓRIOS EM EMPRESAS DE TRANSPORTES DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**, através de seu Presidente em Exercício, no uso de suas prerrogativas estatutárias, convoca a todos os associados, quites com suas obrigações estatutárias, para a **ELEIÇÃO SINDICAL**, destinada à eleição dos membros da Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados do Conselho de Representantes junto à Federação, membros efetivos e suplentes, considerado cada órgão diretivo, para o mandato 2025/2030, que será realizada no dia 06 de março de 2025, em primeira convocação, ou nos dias 14 de março de 2025 em segunda convocação, ou no dia 17 de março de 2025, em terceira e última convocação. Em cada convocatória deverá ser observado o quorum estatutário pertinente para a sua validade e proclamação de chapa eleita. A coleta de votos se dará, no período das 9:00 às 16:00 horas, perante a mesa coletora de votos na sede do Sindicato, localizada na Rua Ana Neri, 1051 – Rocha – Rio de Janeiro - RJ e, através de uma urna itinerante, que percorrerá as empresas. Observando que em caso de uma única chapa registrada, por medida de economia processual e conforme previsão estatutária a vitória da chapa registrada se dará por Aclamação, não impedindo a abertura de prazo para a devida impugnação. O prazo de registro de chapas será de 05 (cinco) dias, contados da publicação do presente edital, que também cumpre o que exigido para o aviso resumido, cumprido assim a norma estatutária destinada à publicidade deste ato. O prazo de impugnação será de 05 (cinco) dias, contados da publicação da relação nominal das chapas registradas. O registro de chapas se procederá somente perante a Secretaria do Sindicato, no horário das 9:00 às 16:00 horas, de segunda à sexta-feira. Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2025 – José Augusto Maciel Pinheiro – Presidente em Exercício.

**FATURA AGROPECUÁRIA S.A.**

CNPJ nº. 05.427.471/0001-02 - NIRE: 33.3.0026228-8

**Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária**

Pelo presente edital, ficam convocados os Acionistas da **FATURA AGROPECUÁRIA S.A.** ("Companhia"), a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará às 11h00min do dia **25 de fevereiro de 2025**, na sede social da Companhia, na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, 200 - 19º andar, Flamengo, com a seguinte **Ordem do Dia**: deliberar sobre **(i)** Eleição de um novo membro da Diretoria da Companhia para o mandato de 2025; e **(ii)** Apreciar e aceitar o termo de renúncia apresentado pelo Diretor sem designação especial, Sr. Wilson Lemos de Moraes Neto, registrando agradecimentos pelos serviços prestados e destacando sua trajetória e contribuições à Companhia. Observações: Encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no website da empresa ([www.wlm.com.br](http://www.wlm.com.br)) e no website da CVM - Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), o inteiro teor do Termo de Renúncia do Diretor Sr. Wilson Lemos de Moraes Neto, para fins de apreciação e aprovação. Os acionistas deverão se apresentar antes do horário previsto para o início da AGE e portando os seguintes **Pessoas Físicas**: cópia do documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou, ainda, carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas); e comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia com no máximo 4 (quatro) dias úteis de antecedência da data da AGE (ou seja, a partir de 23 de janeiro de 2025); **Pessoas Jurídicas**: cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia com no máximo 4 (quatro) dias úteis de antecedência da data da AGE (ou seja, a partir de 23 de janeiro de 2025). Caso o acionista seja representado por procurador, este deverá estar constituído há menos de um ano, em estrita observância ao disposto no Art. 126, da Lei nº 6.404/76. Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2025. Fernando Mauricio Araujo Guimarães - Diretor Presidente.



**Rubens Barbosa**

# Os canais de comunicação entre Brasil e Estados Unidos

**Por Jorge Priori**

Conversamos com Rubens Barbosa sobre os canais de comunicação entre Brasil e Estados Unidos diante dos desafios colocados pela nova presidência de Donald Trump. Rubens foi embaixador em Washington de 1999 a 2004 e, atualmente, é presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Irice).

## Qual a sua avaliação sobre as atuais relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos?

As relações diplomáticas são muito boas. O comércio entre os dois países está crescendo, e as relações são fluídas, mas há um problema com a nova política americana. Do ponto de vista do Brasil, o que interessa é a parte econômica-comercial, pois nós não temos força para entrar na parte política-internacional. Agora, como houve essas medidas americanas, nós precisamos conversar. Para isso, é preciso abrir os canais e ampliar o nível de relacionamento com os órgãos competentes dos Estados Unidos, que são o Departamento de Comércio e o USTR (United States Trade Representative).

## Na sua avaliação, existe um canal de comunicação entre os altos escalões dos dois governos?

Não, não existe. O Lula não fala com o Trump, e o Mauro Vieira, ministro de Relações Exteriores, que eu saiba, ainda não falou com o Marco Rubio, secretário de Estado dos Estados Unidos. Eu vi no noticiário que o Celso Amorim, assessor especial da presidência, chamou o encarregado de negócios da embaixada americana no Brasil para conversar, mas esse é um canal de comunicação em um nível mais baixo. Se

houve alguma comunicação entre os altos escalões, isso não se tornou público.

## O governo brasileiro não deveria ter construído esse canal de comunicação logo após o resultado da eleição americana?

Há um mês que eu venho falando sobre isso. Desde a eleição de Trump, nós vimos uma ação política dos bolsonaristas em Washington, primeiro junto ao Trump e depois junto ao Marco Rubio. Agora, um mês após a posse, nós estamos vendo os primeiros movimentos do governo brasileiro. Eu acredito que a embaixada brasileira em Washington está sendo acionada pelo governo para que ela tente abrir canais de comunicação, pois eu não posso imaginar que isso não esteja acontecendo. Contudo, isso deveria ter sido feito antes.

Em 2000, quando eu era embaixador em Washington, eu participei da transição da presidência de Bill Clinton (democrata) para a presidência de George W. Bush (republicano). Antes da eleição, a embaixada teve um papel muito importante na abertura de canais de comunicação, sendo que ninguém me mandou fazer isso. Eu tomei a iniciativa de falar com os políticos, participar das convenções, tanto republicana quanto democrata, e mandar memorandos para os dois candidatos, Bush e Al Gore (candidato democrata derrotado), falando sobre o Brasil e as principais questões entre os dois países. Por exemplo, Bush mandou um representante, que depois virou secretário, conversar comigo antes da eleição.

O que não pode são divergências ideológicas-partidárias interferirem no relacionamento entre os dois países, já que o interesse nacional é maior. Apesar das divergências entre os dois presidentes, eu imagino

que a máquina burocrática brasileira esteja em contato com a máquina burocrática americana.

Agora, o relacionamento de todo mundo com o Trump é difícil. Veja que a Inglaterra sempre foi o primeiro país a ser recebido pelo presidente eleito dos Estados Unidos. Contudo, Trump já recebeu os primeiros-ministros do Japão, do Canadá e da Índia, mas ainda não recebeu o primeiro-ministro inglês. É por isso que, como Trump não possui uma regra, é preciso estabelecer canais de comunicação para levar a relação entre os dois países adiante.

## Como construir esse canal nesse momento de forma a que ele seja efetivo?

As burocracias do Itamaraty e dos ministérios do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e da Fazenda têm que procurar as suas contrapartes em Washington para estabelecer canais de comunicação. Por exemplo, na questão da deportação de imigrantes brasileiros ilegais, o Itamaraty e a embaixada americana montaram um grupo de trabalho em Brasília que já resolveu a questão. Para que se possa resolver o problema das tarifas, é preciso montar um grupo que converse com os departamentos de Estado e de Comércio dos Estados Unidos. Indo além, o governo brasileiro já deveria ter feito um contato na área de meio ambiente, já que Trump tem uma posição diferente de Biden. Enfim, é preciso que se estabeleça canais de comunicação entre Brasília e Washington, que os ministros viajem e conversem, e que a embaixada brasileira em Washington atue. Isso porque relação diplomática é conversa o tempo todo.

Como disse, o fato de não haver afinidade ideo-

lógica não pode prejudicar a relação entre os dois países. Por exemplo, no caso da Argentina, Lula não fala com o seu presidente, Javier Milei, mas não existem problemas na relação comercial e econômica entre os dois países. Pelo contrário, a relação está fluindo muito bem. O mesmo deveria acontecer com os Estados Unidos.

## A Argentina está em vantagem frente ao Brasil no relacionamento com os Estados Unidos?

Existe uma afinidade política entre os dois presidentes, mas a Argentina é uma fração do Brasil. O Brasil precisa ter uma visão de defesa do seu interesse e uma política que atenda essa visão, o que não existe. A Argentina diz que vai fazer um acordo com os Estados Unidos, mas eu não acredito nisso. O Brasil tem que ver qual é o seu interesse e promovê-lo dentro das suas vantagens competitivas, das suas limitações e das suas vulnerabilidades. Como o Brasil é uma potência regional média, ele precisa atuar como uma potência regional média, mas que possui a oitava economia do mundo e um comércio exterior de meio trilhão de dólares. O Brasil tem um peso, mas nós não avaliamos o seu peso. O país precisa ter uma política que responda a isso.

A discussão via Mercosul poderia ser uma saída, mas como não há afinidade ideológica entre os presidentes dos dois países, não sei se cabe falar do Mercosul. Por exemplo, como os países europeus estão divididos, nós precisamos ver como eles vão reagir, se de forma individual ou como União Europeia. Como o Mercosul possui a tarifa externa comum, essa atuação poderia ser discutida, mas para isso seria necessário haver um entendimento prévio dos países-membros do bloco.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
**PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2025**  
**E DA PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2025**  
**DA UNICOOPROPE COOPERATIVA DE CONSUMO**

O presidente da **UNICOOPROPE COOPERATIVA DE CONSUMO**, CNPJ 51.221.048/0001-60, NIRE 26400022585, IE 1114501-36, com sede na Avenida Brasil 774, Centro, Abreu e Lima/PE, CEP 53525-790, convida a presença de todo o quadro societário para comparecer em sua sede no dia 07/03/2024 com primeira chamada as 17:00h, segunda chamada as 18:00h e terceira e última chamada as 19:00h, para participar da **PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2025** em cumprimento ao Artigo 44º da Lei 5.764/71, para deliberar, votar, aprovar ou não os assuntos constantes deste Edital, quais sejam: **(1)** A prestação de contas dos órgãos diretivos da cooperativa no exercício 2024; **(2)** O balanço e a destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes, caso exista, com todos os relatórios comprobatórios necessários no exercício 2024 e **(3)** Efetuar a eleição com rodízio obrigatório anual de 2/3 dos componentes do Conselho Fiscal para o exercício 2025/2026, para logo após deliberar a pauta da **PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2025**, com a seguinte pauta: **(1)** Entrada e saída de associados, **(2)** Candidatura, eleição e posse para reposição de cargos vacantes na Diretoria. Abreu e Lima/PE, 18 de fevereiro de 2025. Rafael Victor Bernardo Batista – Diretor Presidente – CPF 071.962.924.13.

Banco do Brasil apresenta

Música no Museu

**Concertos de Verão**

Janeiro  
Fevereiro  
Março  
2025

Realização: CARPEX, Apoio Cultural: Sesc, Monitor Mercantil, CCBB, GOVERNO FEDERAL BRASIL